



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – CLIND

DÉBORA LARISSA DOS SANTOS

**MARANY: O PAPEL DA MULHER INDÍGENA PARA O POVO KARAPOTÓ
TERRA NOVA**

São Sebastião- AL
2025

Débora Larissa dos Santos

**MARANY: O PAPEL DA MULHER INDÍGENA PARA O POVO KARAPOTÓ
TERRA NOVA**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Geografia do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), como requisito à obtenção da nota final do trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e do título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Araújo Leite

São Sebastião/AL
2025

MARANY: O PAPEL DA MULHER INDÍGENA PARA O POVO KARAPOTÓ TERRA NOVA

DÉBORA LARISSA DOS SANTOS

Aprovado em: 22 de março de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANGELA MARIA ARAUJO LEITE**
Data: 20/05/2025 15:40:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Angela Maria de Araújo Leite
(Orientadora – UNEAL)

Documento assinado digitalmente
 **ROSA DE LIMA MEDEIROS NETA**
Data: 21/07/2025 10:25:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Rosa de Lima Medeiros Neta
Examinadora Interna - UNEAL

Documento assinado digitalmente
 **JESSIKA SILVA ALVES**
Data: 21/05/2025 22:56:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Jéssika Silva Alves
Examinadora Externa

MARANY: O PAPEL DA MULHER INDÍGENA PARA O POVO KARAPOTÓ TERRA NOVA

Débora Larissa dos Santos¹
Angela Maria Araújo Leite²

Resumo:

O objetivo deste artigo é evidenciar o protagonismo das mulheres indígenas, em especial do povo Karapotó Terra Nova, nas lutas por seus territórios, sua cultura e na resistência contra as tentativas históricas de apagamento. A pesquisa é baseada em narrativas orais de lideranças que se destacam e na contribuição teórica de intelectuais indígenas, como Linda Smith e Sônia Guajajara, que enfatizam o papel crucial das mulheres na preservação cultural, transmissão de saberes, bem como em suas ocupações enquanto liderança política. A metodologia utilizada baseou-se em análise de histórias orais, como a da Cacica Nena Izidório, e a revisão de literatura sobre a resistência indígena, com ênfase na atuação da mulher. Teoricamente, aborda-se a busca pela descolonização do pensamento, destacando como as mulheres indígenas desafiam estruturas patriarcais e coloniais, arraigada no Brasil, reivindicando seu papel tradicional na sociedade e na proteção e direito ao território. Assim, o protagonismo das mulheres indígenas é fundamental para a continuidade das tradições e para a resistência dos povos originários. A liderança nas mãos de uma mulher, não só fortalece a comunidade Karapotó Terra Nova, mas também inspira movimentos indígenas, promovendo a equidade de gênero e a justiça social. Por fim, a pesquisa reforça a necessidade de reconhecer e valorizar o papel das mulheres na construção de uma sociedade que promova a humanização e a equidade.

Palavras-chave: Geografia. Protagonismo feminino indígena. Resistência cultural. Saberes ancestrais. Descolonização.

Abstract:

The aim of this article is to highlight the leadership of Indigenous women, particularly those of the Karapotó Terra Nova people, in the struggles for their territories, culture, and resistance against historical attempts at erasure. The research is based on oral narratives from prominent leaders and the theoretical contributions of Indigenous intellectuals such as Linda Smith and Sônia Guajajara, who emphasize the crucial role of women in cultural preservation, the transmission of ancestral knowledge, and their roles as political leaders. The methodology employed includes the analysis of oral histories, such as that of Cacica Nena Izidório, and a review of literature on Indigenous resistance, with a focus on women's roles. Theoretically, the study addresses the pursuit of decolonizing thought, highlighting how Indigenous women challenge patriarchal and colonial structures entrenched in Brazil, reclaiming their traditional roles in society and in the protection and rights to their territories. Thus, the leadership of Indigenous women is essential for the continuity of traditions and the resistance of Indigenous peoples. Leadership in the hands of women not only strengthens the Karapotó community but also inspires Indigenous movements, promoting gender equity and social justice. Finally, the

¹ Licencianda em Geografia, pelo CLIND/UNEAL. E-mail: debora.santos@alunos.uneal.edu.br

² Orientadora. Doutora em Educação pela UFRGS. Professora Titular do curso de Geografia da UNEAL, Campus I e CLIND. E-mail: angela.leite@uneal.edu.br

research underscores the need to recognize and value the role of women in building a society that fosters humanization and equity.

Keywords: Geography. Indigenous women's leadership. Cultural resistance. Ancestral knowledge. Decolonization.

Considerações iniciais

“Nós, como “mulher-semente” queremos ver crescer onde a gente for plantado. A gente quer articular outras mulheres a empoderar, a encorajar para estar na luta e estar na resistência” – Glória Potyguara³

Escrever sobre a força da mulher indígena é emergir o protagonismo que esteve presente em todo processo de luta e resistência dos povos originários. Através de narrativas, compreendemos a ocupação de espaços de lideranças e a conquista do direito a voz, nas aldeias e no movimento indígena. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é destacar o protagonismo da mulher indígena nas lutas, resistência e defesa dos direitos territoriais e culturais do povo Karapotó Terra Nova, analisando a sua contribuição para a continuidade e fortalecimento das tradições e modos de vida da comunidade.

Em uma reportagem para o jornal da UNESP (15/08/2023), a historiadora Denise Moura afirma que “as mulheres indígenas foram um componente ativo e influente na geografia e na territorialidade, além de atuarem como intermediadoras entre as comunidades tradicionais e os colonizadores”.⁴ Assim, as mulheres indígenas desempenham papéis fundamentais na preservação da cultura, na transmissão de conhecimentos tradicionais, na manutenção da língua e na organização social das comunidades. Elas também são protagonistas na luta pela demarcação de terras, pela valorização da identidade indígena e pela garantia dos direitos das populações originárias.

A contribuição das mulheres indígenas é essencial para a continuidade e fortalecimento das tradições e modos de vida da comunidade Karapotó Terra Nova. Assim, analisar o papel da mulher indígena na luta e na cultura da comunidade indígena Karapotó Terra Nova é de extrema importância, como nos aponta Sônia Guajajara (2018, p.48) "A luta das mulheres indígenas é uma luta por justiça e reconhecimento. Elas são líderes em suas comunidades, desafiando não apenas a opressão histórica, mas também lutando pelos direitos de seu povo e pela proteção da natureza”.

³ Presidente da associação de mulheres da aldeia Jucás- Monsenhor Tabosa (CE).

⁴ <https://jornal.unesp.br/2023/08/15/pesquisa-recupera-o-papel-das-mulheres-indigenas-na-formacao-e-no-mapeamento-do-territorio-brasileiro/>. Acesso em 23/11/2024

Através de discussões, com viés em intelectuais indígenas, utilizaremos a importância do papel da mulher, na contramão do pensamento colonial, baseada no que nos aponta a intelectual indígena Linda Smith (2018, p. 176):

As mulheres de muitas e diversas sociedades indígenas reivindicam uma relação totalmente diferente, imersa em crenças a respeito da terra e do universo, do significado da mulher acerca dos empreendimentos coletivos que eram requeridos na organização da sociedade. (...) Uma questão-chave para as mulheres indígenas em qualquer desafio político atual é a restauração do que é considerado o seu papel tradicional, com direitos e responsabilidades”.

Para a autora, “os escritores indígenas buscam usar a linguagem de forma a capturar as mensagens, nuances e sabores da vida indígena” (Smith, 2018, p.174). Contudo, embora a luta das mulheres indígenas tenha sido um elemento fundamental no fortalecimento de suas comunidades, pouco se sabe sobre o protagonismo específico da mulher indígena no contexto da comunidade Karapotó Terra Nova. A pesquisa sobre o papel dessas mulheres nas lutas por direitos territoriais e culturais, bem como em suas resistências, é ainda insuficiente.

É essencial promover a equidade de gênero, garantindo que as mulheres tenham voz ativa nas decisões que afetam suas vidas e suas comunidades. Ao fortalecer o papel das mulheres indígenas, fortalece-se também a própria comunidade, contribuindo para a continuidade da força e resistência ancestral.

O papel da mulher indígena na histórica luta de resistência no Brasil

Através de pesquisas sobre a história da resistência da mulher indígena no Brasil, pode-se perceber que ela ocupa um papel central na resistência dos povos originários do Brasil. Desde o período colonial até os dias atuais, elas desempenham funções essenciais na preservação cultural, na manutenção da identidade coletiva e na luta pelos direitos dos povos indígenas. Suas contribuições vão além do papel tradicionalmente associado ao cuidado e à educação das novas gerações, estendendo-se às lideranças políticas, à resistência contra o avanço de projetos que ameaçam os territórios e à preservação da biodiversidade.

No Brasil colonial, a mulher indígena enfrentou as primeiras manifestações de violência estrutural promovidas pelo processo de colonização. A violência física, a exploração sexual e a tentativa de apagamento cultural foram instrumentos utilizados para desarticular as sociedades indígenas.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha destaca que o papel das mulheres indígenas foi fundamental para preservar a memória e a identidade dos povos originários. Enquanto homens eram frequentemente capturados para trabalhos forçados ou mortos em conflitos, as mulheres mantinham a organização social e transmitiam as práticas culturais às novas gerações. Elas se tornaram verdadeiras guardiãs da língua, dos ritos e da espiritualidade, pilares que sustentaram os povos indígenas frente à brutalidade da colonização (Cunha, 2012).

Ao considerar a luta pela terra e os direitos indígenas somente no século XX, com o avanço do agronegócio, da mineração e de grandes projetos de infraestrutura, as terras indígenas se tornaram alvo de conflitos intensos. As mulheres indígenas não apenas resistiram, mas se tornaram lideranças ativas nessas lutas. Um exemplo marcante é o protagonismo de lideranças como Sônia Guajajara, que emergiu como uma das vozes mais importantes na defesa dos direitos indígenas e ambientais no Brasil contemporâneo.

As mulheres indígenas estão na linha de frente das manifestações, das negociações com autoridades e na articulação de alianças internacionais para garantir a demarcação de terras e a proteção ambiental. De acordo com o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil (CIMI, 2022), as lideranças femininas têm um papel essencial em sensibilizar a sociedade civil e mobilizar recursos para suas comunidades.

Além disso, essas mulheres têm utilizado a educação como estratégia de resistência, garantindo que seus filhos tenham acesso ao ensino formal sem abandonar a sabedoria tradicional. Isso reforça uma identidade híbrida, capaz de dialogar com o mundo contemporâneo sem abrir mão dos valores ancestrais. Esse conceito de identidade híbrida, pode ser compreendido dentro de uma lógica que valoriza a multiplicidade e a complexidade das identidades, afastando-se da ideia de um processo de homogeneização cultural.

Em resumo, sob uma ótica de colonial, a identidade híbrida é entendida como uma resposta criativa, transformadora e resistente às dinâmicas coloniais, em que múltiplos elementos culturais se entrelaçam para criar novas formas de subjetividade, resistência e pertencimento, longe de qualquer tentativa de simplificação ou homogeneização.

A mulher indígena desempenha um papel fundamental na sustentabilidade e na preservação cultural, especialmente no que se refere à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, as práticas de manejo tradicional da terra e das

florestas, ensinadas e conduzidas por gerações de mulheres indígenas, são amplamente reconhecidas por sua contribuição para a biodiversidade e pelo combate às mudanças climáticas (FAO, 2020).

Dessa forma a participação feminina é crucial em fóruns e encontros globais, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática - COP. Nesses espaços, lideranças indígenas como Alessandra Munduruku têm mostrado ao mundo que a luta pela preservação das florestas tropicais está diretamente ligada à garantia de direitos aos povos indígenas e, conseqüentemente, ao empoderamento das mulheres dessas comunidades.

Apesar de seu protagonismo, as mulheres indígenas enfrentam desafios constantes, como a violência de gênero, o preconceito e a falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação. Dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, mostram que além das violações de seus direitos coletivos, as mulheres indígenas são vítimas de uma dupla discriminação: por serem mulheres e por pertencerem a povos originários.

No entanto, essa marginalização não as impede de continuar lutando. A união de grupos de mulheres indígenas, como o Movimento das Mulheres Indígenas, fortalece a resistência e amplia sua representatividade em espaços de poder e decisão.

No Brasil, destacamos a presença de outras mulheres indígenas em diversas áreas, a exemplo de Célia Xakriabá, professora, ativista indígena, doutora em Antropologia Social e deputada federal por Minas Gerais; Joenia Wapichana, advogada e a primeira mulher indígena eleita deputada federal; Eliane Potiguara, professora, ativista e empreendedora, é considerada a primeira escritora indígena; Myrian Krexu, primeira cirurgiã cardiovascular indígena; Txai Suruí, guerreira do povo Paiter Suruí, sendo a única brasileira a falar na Conferência da Cúpula do Clima – COP26, no ano de 2021, e Maninha Xukuru (em memória), ativista na luta do seu povo, foi indicada ao prêmio Nobel da Paz no ano de 2000. São inúmeras profissionais e ativistas indígenas que se destacam em meio ao seu povo, sua região e a este país que carrega o sangue indígena, nas veias e mãos.

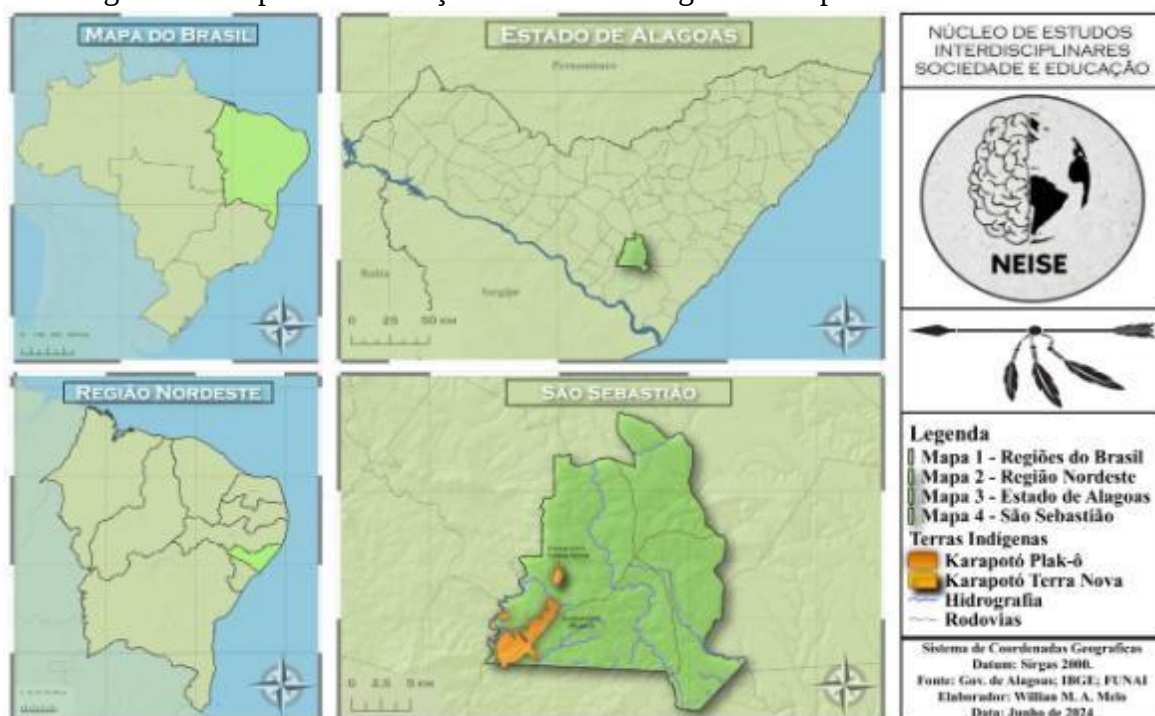
Portanto, o papel da mulher indígena na histórica luta de resistência no Brasil é diverso e essencial. Como guardiãs do conhecimento tradicional, líderes comunitárias e defensoras do meio ambiente, elas simbolizam a força de um povo que luta há séculos por sua sobrevivência e direitos. Reconhecer e valorizar essa contribuição é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e plural, que respeite as diversidades culturais e promova a equidade de gênero.

O povo Karapotó Terra Nova e sua luta de (re)existência

Não se pede ao contador um pedaço da vida Cotidiana, mas um grande pedaço de sonho... Como se a gente estivesse lá. Henri Verneuil

Geograficamente, o povo Karapotó Terra Nova está localizado no nordeste brasileiro, ao Sul do estado de Alagoas, no município de São Sebastião e inserido na bacia hidrográfica do rio São Francisco, originalmente chamado de Opara, conforme imagem a seguir.

Figura 1 – Mapa de localização das Terras Indígenas Karapotó Terra Nova



Referente a escrita histórica que trata sobre a formação do município de São Sebastião, recorreremos ao Trabalho de Conclusão de Curso de Ferreira (2021), que consegue fazer um rico levantamento sobre os indígenas que vivem no atual município de São Sebastião, interior alagoano. Nesse sentido, Ferreira (2021, p. 20, apud DNIT, 2011) afirma que

[...] os povos Carapotó, Coropotios, Carapotios e Cropotís etnônimos de referência aos karapotó existiam em Alagoas desde o século XVIII, havendo registros de sua presença entre 1681/85 (século XVII) no aldeamento Alagoa Comprida, na vila de Penedo em 1739, no baixo São Francisco em 1759, em Porto Real do Colégio junto com os Kariri Xocó. Um dos fatores que explica sua migração para o município de Colégio é a perda constante de suas terras para os portugueses e a falta de opção diante de tais acontecimentos.

De acordo com o autor, acima citado, os bandeirantes, junto aos Jesuítas, iniciaram a invasão de terras banhadas pelo Opará (rio São Francisco), vindo da Bahia, culminando com a dispersão do povo por diversas áreas, assim, Rosa

[...] viveram em várias missões, dentre elas Pacatuba em Sergipe, Águas Belas em Pernambuco, Colégio e na vila do Penedo, em Alagoas, sendo em Colégio sua maior concentração, vivendo junto com os Kariri Terra Nova e Aconãs. Sua presença no rio Boa Cica deve-se as fazendas das missões jesuíticas doadas por devotos de Nossa Senhora da Conceição de Urubu-Mirim que dentre elas estava a propriedade da Boa Cica, sendo designados para cuidar dos rebanhos os Karapotó Terra Nova (Ferreira, 2021, p. 25).

Ainda, segundo o autor, há comprovação arqueológica da presença indígena nas terras dos Karapotó, a exemplo da presença de igaçabas. Apesar de não constar datações oficiais ou calendário nos moldes ocidental, será a tradição oral que testemunha a presença e (re)existência do povo originário.

Será a partir da história oral, como metodologia de pesquisa, que buscaremos reconstituir as lutas para re(existência) de um povo. A tradição oral faz parte da arte de contar sobre o modo de vida dos povos originários, seus laços e lutas para permanecer (re)existindo, de geração em geração. Para Daniel Munduruku (2017, p. 34) "A história oral é uma ponte que nos conecta com o passado, permitindo que as vozes de nossos antepassados ressoem em nossos dias, garantindo que nossa cultura e identidade sejam preservadas."

A história do povo Karapotó Terra Nova, foi contada em uma narrativa oral com Rosicleide dos Santos Silva, Cacica do povo. A Cacica Nena Izidório, como é conhecida, afirma que essa história se formou através da construção de uma identidade étnica, na família e na tradição. A escuta de uma liderança, especialmente de uma mulher indígena, é uma forma de compreender o processo histórico de um povo. Para Ailton Krenak (2019, p. 78) "as narrativas orais são mais do que histórias; elas são a própria essência da vida indígena, um modo de compreender o mundo e de resistir às tentativas de apagamento da nossa existência."

De acordo com (Rosângela, 2025), a qual cita que hoje compartilha um pouco da sua história. "Desde a minha infância, enfrentei muito preconceito na escola. Por ser branca, muitas vezes fui alvo de comentários e olhares que não entendia. As pessoas me viam apenas pela cor da minha pele e não conseguiam enxergar quem eu realmente sou. Mas, ao invés de deixar que isso me derrubasse, decidi levantar a cabeça e defender minha cultura. Aprendi

que todos nós temos nossas próprias histórias e experiências que merecem ser respeitadas.”

Rosângela, (2025), a diversidade é o que torna nosso mundo tão rico! Eu sempre acreditei que a verdadeira beleza está na pluralidade das culturas. Cada um de nós traz algo único e especial para a mesa, e é essa mistura que nos enriquece. Por isso, nunca desisti de mostrar quem eu sou e de valorizar minhas raízes. É fundamental que continuemos lutando contra qualquer forma de preconceito. Devemos ser vozes para aqueles que não podem se defender e promover um ambiente onde todos sejam respeitados, independentemente de sua cor, cultura ou origem. Acredito que juntos podemos construir um mundo mais justo e igualitário, onde cada um possa brilhar à sua maneira.

Segundo a Cacica, houve uma migração de parte da população Karapotó Terra Nova, da região denominada Salomé, atual município de São Sebastião, para Porto Real do Colégio, onde passaram a habitar na aldeia Kariri-Xocó. Esta migração foi uma estratégia de sobrevivência, elaborada pelo grupo, diante das constantes perdas territoriais provocadas pelo crescente povoamento de não indígena na região.

A partir da década de 1980, houve um ressurgimento dos movimentos indígenas no Brasil, incluindo os Karapotó Terra Nova, organizando-se para reivindicar seus direitos. Essa mobilização foi fundamental para dar visibilidade às suas demandas por terra e reconhecimento.

Antônio Izidório foi uma figura importante para a aldeia Karapotó em Terra Nova, era cacique da comunidade e o que sempre estava à frente de tudo. Era pai da atual cacica da comunidade, reconhecido como um líder e defensor dos direitos do povo indígena. Antônio se destacou como um líder respeitado dentro da aldeia, atuando em questões relacionadas à demarcação de terras e à defesa dos direitos dos Karapotó Terra Nova. Sua liderança foi fundamental em momentos de mobilização e resistência.

Ele também desempenhou um papel importante na preservação da cultura Karapotó Terra Nova, ajudando a transmitir conhecimentos tradicionais e valores para as novas gerações. Isso inclui práticas culturais, idiomas e modos de vida que são essenciais para a identidade do povo.

Cacique Antônio estava envolvido em discussões políticas que afetavam a comunidade, buscando dialogar com autoridades e organizações para garantir os direitos do povo Karapotó Terra Nova. Sua atuação ajudou a dar visibilidade às demandas da aldeia.

Além de suas ações concretas, Antônio serviu como uma inspiração para outros membros da comunidade, incentivando a participação ativa de jovens e mulheres nas questões que afetam a aldeia. O legado de Antônio é lembrado como um exemplo de compromisso com a luta pelos direitos indígenas, e sua influência continua a ser sentida nas ações da comunidade até os dias de hoje.

A força de uma Cacica: Nena Izidório

A Cacica Nena Izidório é uma importante liderança do povo Karapotó Terra Nova que assumiu a liderança da comunidade após a morte de seu pai, Cacique Antonio Izidorio. Tem se destacado na luta pelos direitos de sua comunidade, especialmente na defesa da terra e da cultura indígena.

Figura 2: Cacica Nena Izidório



Fonte: (Adailton Batista, 2025)

Nena Izidório assumiu a liderança da aldeia em um momento que era crucial ter uma voz forte e representativa para enfrentar os desafios que o povo Karapotó Terra Nova estava enfrentando, como a luta pela demarcação de suas terras e a preservação de sua cultura. Sua experiência de vida e sua resiliência diante das dificuldades foram fatores que contribuíram para que ela fosse reconhecida como uma líder. Nena tem uma longa trajetória de envolvimento com questões que afetam sua comunidade, o que lhe conferiu respeito e credibilidade entre os membros da aldeia.

Como cacica, Nena Izidório tem se dedicado à defesa dos direitos indígenas, promovendo a conscientização sobre a importância da terra e da cultura Karapotó Terra Nova. Ela também tem sido uma voz ativa em fóruns e encontros que discutem políticas públicas relacionadas aos povos indígenas.

Nena tem trabalhado para empoderar outras mulheres dentro da comunidade, incentivando sua participação em atividades que promovem a cultura e os direitos das mulheres indígenas. Seu papel é fundamental para fortalecer a presença feminina nas discussões sobre o futuro do povo Karapotó Terra Nova.

Em conversa com a Cacica Nena Izidório (2025) afirma que “O que eu vejo assim, eu como mulher indígena, mulher líder de uma comunidade, comunidade essa, Carapota Terra Nova, eu como mulher, hoje tem sido muito significativo. A minha posição de líder nesses últimos anos, quando a gente vê não só eu como nossas mulheres ocupando nossos espaços que deveremos ter, tanto na política, que temos muitas mulheres na política, no Congresso, nesses espaços, onde a tomada de decisões são muito importantes, muito significadas para nós mulheres. É muito significativo.”

A liderança afirma ainda que “É onde impacta nossa vida. Onde vem passando de geração em geração. É uma geração que reivindica nossos direitos. Nós, mulheres, estamos tendo o espaço de reivindicar nossos direitos. Como mulheres, como comunidade, para uma comunidade, temos o direito de resistir, direito de estar viva, por respeito, por dignidade, para os nossos corpos. Mulheres que somos semente, mulheres raízes que somos diante dos desafios impostos sobre nós mulheres.”

Em busca do caminho de volta: a luta de um povo

A volta dos Karapotó Terra Nova para suas terras tradicionais, onde estão hoje, é um processo marcado por desafios e conquistas ao longo do tempo. A luta pela demarcação das terras Karapotó Terra Nova começou a ganhar força em décadas recentes. A comunidade buscou o reconhecimento de seus direitos territoriais junto ao governo e instituições responsáveis, o que foi um passo fundamental para o retorno à sua terra.

O povo Karapotó Terra Nova se organizou em movimentos sociais, promovendo mobilizações para reivindicar seus direitos. Essas ações ajudaram a aumentar a visibilidade

de suas demandas e a pressionar por políticas públicas que reconhecessem sua situação.

Em 2008, a terra indígena Karapotó Terra Nova foi oficialmente reconhecida e demarcada, permitindo que os indígenas retornassem para suas áreas tradicionais. Esse reconhecimento foi resultado de esforços conjuntos entre a comunidade indígena, organizações não governamentais e aliados que apoiaram a causa. Esse processo foi crucial para fortalecer a cultura e a identidade do povo Karapotó Terra Nova.

O reconhecimento do povo e de suas terras, especificamente a Terra Indígena Karapotó Terra Nova, foi um processo complexo que envolveu várias etapas e desafios. De acordo com o DNIT (*apud* Ferreira, 2021, p. 26-27):

O primeiro relatório de identificação da Terra Indígena Karapotó Terra Nova, realizado em 1988, tinha como proposta a demarcação de uma área de 1810 hectares, dos quais 1100 hectares foram adquiridos pela Funai em 1995. Uma área descontínua da primeira conhecida como Salobro, com 270 hectares, foram adquiridos posteriormente pelo órgão indigenista em 2003. Atualmente o grupo Karapotó Plak-ô ocupa área adquirida da fazenda Taboado, uma área descontínua conhecida como Cabeça de Vaca e alguns imóveis contínuos a antiga Fazenda Taboado até o limite da estrada da Barroca. A área conhecida como Estiva e os imóveis adquiridos contínuos a Estiva, ambos após a estrada da Barroca, bem como a área descontínua conhecida como Salobro, são ocupadas pelo grupo Karapotó Terra Nova.

Com a demarcação oficial, os Karapotó puderam retornar às suas terras ancestrais. Esse retorno foi um momento significativo, pois permitiu que a comunidade reestabelecesse seus vínculos com a terra e revitalizasse sua cultura, práticas tradicionais e modos de vida. Desde o retorno, os Karapotó Terra Nova têm trabalhado para fortalecer sua identidade cultural, promovendo atividades que resgatam suas tradições, como danças, cantos e práticas agrícolas tradicionais. Esse fortalecimento cultural é fundamental para a coesão da comunidade e para a transmissão de conhecimentos às novas gerações.

As mulheres na luta pela retomada das terras

A luta das mulheres indígenas pela retomada das terras é um dos pilares mais desafiadores e significativos da resistência indígena no Brasil, e as mulheres têm desempenhado um papel central nesse movimento. Elas não apenas lideram ações de mobilização, mas também assumem responsabilidades pela organização comunitária, preservação cultural e articulação política. Ao longo da história, essas mulheres têm desafiado as estruturas patriarcais e coloniais, emergindo como protagonistas na busca por justiça

territorial e na reconstrução da autonomia de seus povos.

A expropriação das terras indígenas que começou no período colonial e persiste até hoje, alimentada por interesses econômicos como o agronegócio, a mineração e grandes projetos de infraestrutura. Essas práticas resultaram no deslocamento forçado de inúmeras comunidades indígenas, levando à perda de territórios sagrados e de subsistência. Nesse cenário, as retomadas de terras, ações em que comunidades indígenas reocupam áreas tradicionalmente pertencentes a elas, emergiram como uma estratégia de resistência essencial.

As mulheres, muitas vezes consideradas responsáveis pela manutenção do tecido social, tornaram-se líderes nessas ações. Elas carregam a responsabilidade de garantir que os territórios recuperados sejam utilizados de maneira sustentável, respeitando os conhecimentos ancestrais. A antropóloga Maria Thereza Lemos de Oliveira observa que as mulheres indígenas têm se destacado como agentes de transformação ao liderarem iniciativas que vão além da simples ocupação, integrando práticas de manejo sustentável e recuperação ambiental (Oliveira, 2018).

Entre as lideranças femininas, destacam-se figuras como Célia Xakriabá e Alessandra Munduruku, que, além de participarem ativamente das retomadas, têm ampliado a visibilidade dessas lutas em níveis nacional e internacional. Essas mulheres atuam como porta-vozes de suas comunidades, enfrentando tanto a resistência de setores econômicos quanto a violência de

agentes estatais e particulares.

Um exemplo marcante é o movimento das mulheres Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Essas mulheres têm liderado retomadas em áreas onde a monocultura e a pecuária avançaram sobre terras ancestrais. Durante essas ações, elas enfrentam ameaças diretas à sua segurança, mas continuam a lutar pela reconstrução do tekoha o espaço de vida coletiva onde a cultura Guarani é plenamente vivenciada (FUNAI, 2023).

Além disso, as retomadas lideradas por mulheres frequentemente incluem uma dimensão educativa. Elas buscam não apenas garantir o acesso à terra, mas também promover a conscientização sobre os direitos indígenas e a importância da preservação cultural. Esse enfoque educacional fortalece as novas gerações na defesa de seus direitos.

Além disso, são vários os desafios enfrentados pelas mulheres nas retomadas das

terras, onde elas enfrentam uma série de desafios em sua luta. Além da violência direta, como ataques por parte de seguranças privados e forças policiais, elas lidam com discriminações de gênero e etnia que as marginalizam em diversos espaços de poder e decisão.

Outro desafio é a falta de recursos básicos nos territórios retomados, como água potável, assistência médica e infraestrutura. As mulheres, além de liderarem as ações de retomada, frequentemente assumem a responsabilidade por gerir essas dificuldades no dia a dia, buscando soluções que garantam a sobrevivência e o bem-estar da comunidade.

As retomadas não são apenas uma luta por território, mas também um ato de resistência cultural. Mulheres indígenas têm sido responsáveis pela preservação de práticas ancestrais, como o cultivo tradicional, os rituais e a medicina indígena. Essas ações são essenciais para a reafirmação da identidade coletiva dos povos indígenas e para o fortalecimento das comunidades em territórios retomados.

No contexto das retomadas, as mulheres também exercem um papel espiritual, liderando rituais que marcam o retorno ao território ancestral. Esses momentos simbolizam a reconexão com a terra e o compromisso coletivo de protegê-la para as futuras gerações. Como afirma Ailton Krenak, a relação com a terra vai além do aspecto material: é uma conexão espiritual que define a própria existência dos povos indígenas (Krenak, 2020).

O protagonismo das mulheres na luta pela retomada das terras inspira ações organizadas em nível nacional e internacional. Movimentos como a Marcha das Mulheres Indígenas,

realizada em Brasília desde 2019, são exemplos de como elas têm ampliado sua presença política, articulando demandas específicas e pressionando o Estado por políticas públicas efetivas.

A partir dessas ações, as mulheres indígenas têm mostrado que a luta pela retomada das terras não se restringe às questões territoriais, mas abrange também a busca por equidade de gênero e justiça social. Elas têm desafiado estruturas de poder e construído pontes entre diferentes povos indígenas, fortalecendo a resistência e promovendo o diálogo com a sociedade não indígena.

Assim sendo, as mulheres indígenas são protagonistas indispensáveis na luta pela retomada das terras. Sua atuação abrange dimensões políticas, culturais e espirituais, evidenciando a profundidade e a complexidade dessa luta. Ao liderarem ações de retomada,

enfrentarem adversidades e preservarem o conhecimento ancestral, elas reafirmam a força e a resiliência de seus povos. Reconhecer e valorizar seu papel é essencial para avançar na construção de uma sociedade mais justa e na reparação histórica das injustiças sofridas pelos povos indígenas.

A luta pela terra no Brasil é marcada pela resistência e protagonismo das mulheres, especialmente das mulheres indígenas, que ocupam uma posição central no enfrentamento das desigualdades e na defesa dos direitos territoriais. Desde os primeiros movimentos de resistência contra a colonização até os dias atuais, essas mulheres têm desempenhado um papel essencial na luta pela retomada das terras e na proteção dos territórios tradicionais, configurando-se como lideranças ativas em suas comunidades e fora delas (Lopes, 2020).

A questão fundiária no Brasil tem raízes históricas, remontando ao período colonial, quando vastas extensões de terra foram apropriadas pela Coroa portuguesa e posteriormente pelos grandes proprietários rurais. Essa dinâmica se intensificou com a concentração fundiária consolidada durante o século XX, agravando a desigualdade social e econômica no campo. Nesse contexto, a luta pela retomada das terras tornou-se um processo de resistência contra a exclusão e a violência, com destaque para a atuação de mulheres de diversas origens (Santos, 2021).

As mulheres camponesas, indígenas e quilombolas são exemplos de resistência coletiva e protagonismo. Sua atuação não se limita apenas à luta por direitos territoriais; elas também articulam demandas relacionadas à justiça social, à preservação ambiental e ao combate à violência de gênero. Essas mulheres compreendem a terra não apenas como um meio de subsistência, mas também como um espaço de memória, cultura e pertencimento.

Segundo

Lopes (2020), "a luta pela terra, para as mulheres, está intrinsecamente ligada à luta pela vida, pela dignidade e pela continuidade de seus modos de viver".

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais têm registrado a crescente participação das mulheres nas ações de ocupação e resistência. As mulheres são protagonistas em marchas, ocupações e debates políticos, trazendo à tona a perspectiva de gênero nas pautas agrárias.

A luta das mulheres indígenas no Brasil possui especificidades próprias, pois elas enfrentam não apenas a luta pelo território, mas também o desafio de manter vivas suas

culturas e tradições diante do avanço do desmatamento, do agronegócio e da exploração de recursos naturais. As mulheres indígenas ocupam um papel central na preservação dos saberes ancestrais e na articulação política, tornando-se lideranças fundamentais em suas comunidades e no cenário nacional (Marcha das Mulheres Indígenas, 2019).

Sônia Guajajara, uma das principais lideranças indígenas do Brasil, destaca que "as mulheres indígenas sempre estiveram na linha de frente na defesa dos territórios, das florestas e de seus povos". Elas são as guardiãs dos conhecimentos tradicionais e responsáveis por transmitir às novas gerações o respeito à terra e à cultura.

No entanto, a luta dessas mulheres não se limita às suas comunidades. Elas têm se destacado em espaços de decisão política, como o Congresso Nacional, conferências internacionais e movimentos globais. A Marcha das Mulheres Indígenas, realizada em Brasília em 2019, reuniu milhares de mulheres sob o lema "Território: nosso corpo, nosso espírito", evidenciando a conexão profunda entre a terra e a identidade das mulheres indígenas.

Outro ponto relevante é a interseção entre a luta pela terra e a questão de gênero. Mulheres indígenas enfrentam violência, discriminação e invisibilidade social, fatores que agravam sua situação de vulnerabilidade. Entretanto, essa realidade não as impede de ocupar espaços de liderança e construir redes de solidariedade para fortalecer suas pautas (LOPES, 2020).

A luta das mulheres pela retomada das terras e a luta das mulheres indígenas no Brasil estão entrelaçadas por um fio condutor de resistência, memória e transformação social. Essas mulheres não apenas enfrentam os desafios impostos pela exclusão territorial e pela desigualdade de gênero, mas também constroem narrativas de luta que valorizam a cultura, a coletividade e o respeito ao meio ambiente (SANTOS, 2021).

Em suma, o protagonismo das mulheres, especialmente das mulheres indígenas, reafirma a importância de incluir perspectivas de gênero e diversidade cultural nas discussões sobre justiça social e ambiental. Seu papel nas mobilizações por terra e território é essencial para construir um Brasil mais justo e inclusivo.

Movimento de Mulheres Indígenas no Brasil

O movimento de mulheres indígenas no Brasil tem se destacado como uma força

política e cultural essencial na defesa dos direitos dos povos originários. Combinando lutas pela preservação dos territórios, defesa da identidade cultural e enfrentamento da violência de gênero, essas mulheres têm assumido um papel de protagonismo na construção de um futuro mais justo para suas comunidades. Nos últimos anos, iniciativas como a Marcha das Mulheres Indígenas e a ampliação da representatividade em espaços políticos demonstram a força e a relevância desse movimento.

O movimento de mulheres indígenas começou a ganhar visibilidade na década de 1980, período marcado pela redemocratização brasileira. Nesse contexto, as mulheres indígenas começaram a participar ativamente das assembleias e encontros dos movimentos indígenas, mas rapidamente perceberam a necessidade de criar um espaço próprio para dar voz a pautas específicas. Entre essas demandas estavam o combate à violência de gênero, o direito à saúde reprodutiva e o fortalecimento das práticas educativas e culturais das comunidades (Oliveira, 2018).

Em 2019, a I Marcha das Mulheres Indígenas reuniu cerca de 2 mil mulheres em Brasília, marcando um momento histórico de articulação e mobilização nacional. Sob o lema "Território: nosso corpo, nosso espírito", o evento destacou a relação entre a luta pelo território e os direitos das mulheres indígenas, reafirmando o papel das mulheres como guardiãs da terra e do conhecimento ancestral (APIB, 2023).

As mulheres indígenas enfrentam múltiplos desafios, desde a violência física e simbólica até a exclusão de espaços de decisão política. De acordo com a APIB, as mulheres indígenas sofrem com taxas alarmantes de violência doméstica, além de enfrentarem dificuldades de acesso a serviços básicos como saúde e educação.

Outro ponto central do movimento é a luta pela preservação dos territórios indígenas. As mulheres desempenham um papel vital na gestão sustentável dessas áreas, utilizando seus conhecimentos tradicionais para proteger a biodiversidade e garantir a segurança alimentar de suas comunidades. Segundo Ailton Krenak, o vínculo espiritual entre as mulheres e a terra é fundamental para a continuidade da vida indígena e da luta por justiça ambiental (Krenak, 2020).

Atualmente, a atuação de líderes como Sônia Guajajara, que foi a primeira indígena a ocupar o cargo de Ministra dos Povos Indígenas, e Célia Xakriabá, como deputada federal, tem ampliado a visibilidade das pautas do movimento. Essas lideranças têm utilizado suas posições para denunciar violações de direitos e promover a inclusão das mulheres indígenas

em espaços de decisão política (FUNAI, 2023).

Além disso, a Marcha das Mulheres Indígenas se tornou um evento regular, consolidando-se como uma plataforma de diálogo e ação. A edição de 2023, por exemplo, reuniu cerca de 5 mil mulheres, ampliando as discussões para incluir temas como mudanças climáticas, direito à educação diferenciada e proteção dos direitos reprodutivos.

As mulheres Karapotó na contemporaneidade

As mulheres Karapotó Terra Nova pertencentes a uma comunidade indígena localizada no estado de Alagoas, representam um exemplo vibrante de resistência cultural e luta por direitos. Com uma história marcada por desafios relacionados à preservação de sua identidade étnica, à luta pela demarcação de terras e ao enfrentamento de problemas sociais e ambientais, essas mulheres têm assumido papéis centrais em suas comunidades, articulando ações que preservam suas tradições enquanto enfrentam os desafios do mundo moderno.

Na organização social Karapotó Terra Nova, as mulheres ocupam posições de destaque como guardiãs do conhecimento tradicional, educadoras das novas gerações e lideranças comunitárias. Elas desempenham um papel essencial na transmissão de práticas culturais, como o artesanato, os cantos tradicionais e os rituais espirituais, fortalecendo os laços identitários de seu povo. De acordo com Silva (2020), "as mulheres Karapotó Terra Nova são fundamentais para a continuidade de práticas culturais que resistem às influências externas e ao avanço da urbanização".

Além disso, as mulheres Karapotó Terra Nova têm se destacado em ações políticas voltadas para a defesa de seus direitos e territórios. No contexto contemporâneo, elas participam ativamente de movimentos indígenas regionais e nacionais, reivindicando o acesso a políticas públicas de saúde, educação e segurança alimentar. Essa atuação tem fortalecido a visibilidade da luta Karapotó Terra Nova, contribuindo para a proteção dos direitos indígenas no Brasil.

As mulheres indígenas do povo Karapotó Terra Nova desempenharam papéis fundamentais na luta pela retomada de suas terras e na preservação de sua cultura. Para Davi Kopenawa Yanomami (2015, p. 112) "as mulheres são a força da vida em nossas comunidades; sua resistência e coragem são fundamentais para enfrentar as adversidades impostas por aqueles que não respeitam nosso modo de viver".

Uma das líderes mais conhecidas da comunidade Karapotó Terra Nova, conhecida por Maria, foi importante na mobilização pela demarcação da Terra Indígena. Ela tem sido ativa na defesa dos direitos das mulheres indígenas e na promoção da cultura. Outra mulher que se destacou é Rosangela, que tem trabalhado em várias frentes para garantir que a voz das mulheres indígenas seja ouvida, especialmente em questões relacionadas à terra e aos direitos humanos. Além dessas líderes, muitas mulheres da comunidade Karapotó Terra Nova se uniram em coletivos para lutar pelos direitos de seu povo. Elas têm participado de reuniões, protestos e eventos que visam fortalecer a presença e a atuação das mulheres nas discussões sobre direitos territoriais e culturais.

De acordo com Eliane Potiguara (2018, p. 57-58)

O meio ambiente, o território, o planeta Terra estão intrinsecamente ligados ao ventre da mulher indígena, da mulher selvagem nos dois sentidos (primeira cidadã do mundo e intuitiva) e, por isso, não haverá defesa ambiental se não se destacar a influência e o conhecimento milenar da mulher, do ser que habita esse meio ambiente. [...] Se a natureza deve ser respeitada no seu ciclo de existências e valorizadas as fases da Lua, da maré, do florescimento das árvores, da correnteza dos rios, do nascer e do pôr-do- sol, da colheita, as mulheres indígenas devem ter o mesmo tratamento.

As mulheres têm um papel essencial não apenas na luta por terras, mas também na transmissão de conhecimentos tradicionais, na educação das novas gerações e na manutenção da cultura indígena. Sua participação ativa ajuda a fortalecer a comunidade como um todo.

Atualmente com a liderança da Cacica Nena Izidório, ajudou a dar visibilidade à luta dos Karapotó Terra Nova em nível nacional, atraindo atenção para as questões enfrentadas pelo povo indígena no Brasil. A atuação de Nena Izidório, como cacica, é um exemplo inspirador de como as mulheres indígenas estão na linha de frente na luta pela preservação de suas terras e culturas.

Em síntese, as mulheres Karapotó Terra Nova são símbolos de resistência e transformação no Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo que preservam suas tradições e memórias ancestrais, elas enfrentam os desafios da atualidade com protagonismo e criatividade, reafirmando sua importância como agentes de mudança social e cultural. Sua luta não é apenas pelo reconhecimento e respeito a seus direitos, mas também pela construção de um futuro onde a diversidade indígena seja celebrada e protegida. A seguir, um painel com mulheres que se destacam na comunidade.

Figura 2: Mulheres da luta Karapotó Terra Nova



Fonte: Arquivos pessoais

M1 – Maria Batista – Fonte: Débora Izidório

M3 – Nilda Izidório – Fonte: Adailton Batista

M5 - Hilda Silva Oliveira - Fonte: André Izidório
Batista

M2 – Dona Diana – Fonte: Maria Alessandra

M4 – Mulheres Karapotó – Fonte: Débora Izidório

M6 - Maria José da Conceição (Deca) - Fonte: Adailton

Rosângela é uma mulher indígena forte e determinada, que dedica sua vida à luta pelos direitos de seu povo. Ela é uma indígena da comunidade Karapotó Terra Nova, sempre à frente nas discussões e mobilizações que visam proteger a cultura, as terras e os direitos dos indígenas. Participando ativamente de reuniões comunitárias, Rosângela se une à cacica Nena Izidório e outras mulheres da aldeia para discutir estratégias de resistência e preservação da identidade indígena.

Juntas, elas organizam eventos, fazem campanhas de conscientização e buscam apoio para suas causas. Com sua voz firme e seu espírito guerreiro, Rosângela inspira jovens e adultos a se unirem na luta por justiça social e ambiental. Ela acredita que a força da comunidade é essencial para enfrentar os desafios impostos pela sociedade e para garantir um futuro melhor para as próximas gerações. Sua presença nas frentes de luta é um símbolo de esperança e resiliência para todos ao seu redor.

Na comunidade Karapotó Terra Nova, as mulheres desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e na luta pelos direitos indígenas. Elas são as guardiãs das tradições, que carregam consigo a sabedoria das gerações passadas e a força

de suas ancestrais. Embora algumas anciãs já tenham partido, suas vozes e ensinamentos permanecem vivos na memória da comunidade.

Essas mulheres da foto, corajosas enfrentaram desafios imensos e lutaram bravamente para garantir a dignidade e os direitos de seu povo. Elas ensinaram às novas gerações o valor da resistência, da união e do respeito à natureza. Hoje, as mulheres de Karapotó Terra Nova honram esse legado, dando continuidade à luta iniciada por suas antecessoras. Lideradas por figuras inspiradoras como cacica Nena, Elenilda, Rosângela, Maria José, entre outras mulheres... elas se reúnem para discutir estratégias, organizar protestos e promover eventos que celebram a cultura indígena. Juntas, elas fortalecem os laços comunitários e garantem que as tradições não se percam com o tempo.

Essas mulheres são a voz da esperança e da mudança, mostrando que a luta pela justiça social e ambiental é uma responsabilidade coletiva. Com coragem e determinação, elas mantêm acesa a chama da resistência, transmitindo às futuras gerações o compromisso com a identidade e a proteção de seus direitos. Assim, mesmo na ausência das anciãs que tanto contribuíram para essa história, o legado delas vive através das ações e do amor das mulheres que continuam a lutar por um futuro mais justo e igualitário para todos.

Sou a Débora e sou indígena. Já passei por muito preconceito na escola e na rua. Sempre que me auto declaro indígena, logo vem a pergunta: “Mas quem já viu indígena branca?” ou “É indígena que usa maquiagem e tem iPhone?” Essas perguntas me incomodam, porque mostram como as pessoas ainda têm uma visão tão limitada do que significa ser indígena.

A verdade é que minha identidade não se resume à aparência física ou a estereótipos. Ser indígena é parte de quem eu sou, e isso pode coexistir com outras formas de expressão, como usar maquiagem ou ter um celular moderno. Não preciso me encaixar em um molde específico para ser reconhecida como indígena.

Quando me declaro, estou desafiando essas expectativas e preconceitos enraizados na sociedade. É uma luta diária, mas acredito que cada vez que compartilho minha história e minhas vivências, estou ajudando a desmistificar o que significa ser indígena. É importante mostrar que somos diversos, com histórias e realidades diferentes. E eu sigo firme nessa caminhada, porque quero abrir espaço para diálogos mais inclusivos e promover uma maior aceitação da diversidade. Minha luta e minha voz são importantes e necessárias, não só para mim, mas para todos os que também enfrentam desafios semelhantes.

Considerações Finais

A temática do papel da mulher indígena na luta e resistência dos povos, como os Karapotó Terra Nova, revela uma rica e complexa dimensão da resistência cultural e social. Através da pesquisa, podemos concluir que as mulheres indígenas desempenham um papel fundamental não apenas na preservação de suas tradições e saberes ancestrais, mas também na luta por direitos, reconhecimento e justiça. Portanto, atingimos o objetivo desta pesquisa.

A mulher vem atuando como guardiãs da cultura e mediadoras de conflitos. Elas enfrentam desafios significativos, incluindo a luta contra a opressão histórica, a exploração de seus territórios e a desvalorização de suas vozes. No entanto, sua resiliência e coragem têm sido essenciais para mobilizar suas comunidades em defesa de seus direitos e territórios.

Além disso, a presença das mulheres indígenas nas esferas de decisão e sua atuação em movimentos sociais são fatores críticos para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades sejam atendidas. A luta delas se entrelaça com questões mais amplas de sustentabilidade e justiça social, refletindo a interconexão entre os direitos das mulheres e a defesa do meio ambiente.

Por fim, reconhecer e valorizar o papel das mulheres indígenas é imprescindível não apenas para a preservação das culturas indígenas, mas também para promover uma sociedade mais justa e igualitária. Ao dar visibilidade às suas lutas e conquistas, contribuimos para a construção de um futuro em que todas as vozes sejam respeitadas e valorizadas.

Referência

APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://apib.info>. Acesso em: 10 dez. 2024.

APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Relatório Anual de Direitos Indígenas. Brasília, 2023.

CIMI. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FAO. **Indigenous Women and Climate Change**. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2020.

FERREIRA, José Robson Gonçalves. **A formação urbana de São Sebastião/AL: da presença indígena aos caminhos das tropas**. 2021. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC – Curso de Geografia, Campus I, Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2022.

FUNAI. **Lideranças Femininas e Retomadas de Terras: O Papel das Mulheres Guarani- Kaiowá**. Brasília, 2023.

GUAJAJARA, Sônia. **A luta pelo direito à terra: a resistência das mulheres indígenas**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GUAJAJARA, Sônia. **Território, corpo e luta: a mulher indígena e a resistência**. Brasília: Editora Indígena, 2019.

KOPENAWA, Davi. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOPES, Felícia. “**Mulheres e a luta pela terra no Brasil: uma análise de gênero no contexto agrário**”. Revista Estudos Agrários, v. 45, n. 2, p. 89-110, 2020.

MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. “**Território: nosso corpo, nosso espírito**”. Brasília, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **A história que o povo conta: narrativas indígenas e suas vozes**. São Paulo: Editora do Brasil, 2017.

OLIVEIRA, Maria Thereza Lemos de. **Territórios e Resistência: O Papel das Mulheres Indígenas**. São Paulo: Contexto, 2018.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. Lorena: DM, 2018.

SANTOS, Maria Aparecida. **Resistência e protagonismo feminino no campo**. São Paulo: Editora Social, 2021.